



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2018.0000617771**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1018378-06.2017.8.26.0482, da Comarca de Presidente Prudente, em que é apelante ANA SPINOLA FARIAS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO DAYCOVAL S/A.

**ACORDAM**, em 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO DOS SANTOS (Presidente sem voto), GIL COELHO E RENATO RANGEL DESINANO.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

**WALTER FONSECA**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**VOTO Nº 26.526**

**APELAÇÃO Nº: 1018378-06.2017**

**COMARCA: PRESIDENTE PRUDENTE – 5ª V.C.**

**APELANTE: ANA SPINOLA FARIAS**

**APELADO: BANCO DAYCOVAL S.A.**

**MM. JUIZ DE 1º GRAU: Sérgio Elorza Barbosa de Moraes**

DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NA MODALIDADE DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC) – PRETENSÃO DE REFORMA SOB A ALEGAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DO RESPECTIVO NEGÓCIO – DESCABIMENTO – Com a apresentação pelo banco réu do contrato de adesão à cartão de crédito consignado com autorização de descontos em folha de pagamento, cujo empréstimo respectivo foi contraído na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), não se sustentam as alegações da autora apelante de nulidade do referido negócio e respectiva dívida, mostrando-se legítimo o negócio entabulado entre as partes, sendo de rigor a manutenção dos respectivos termos do contrato de empréstimo em questão, o que afasta, por via de consequência, os demais pleitos formulados, concernentes à condenação do banco apelado à repetição de indébito e à indenização por danos morais – Sentença mantida - Recurso desprovido, com majoração dos honorários advocatícios.

Vistos...

Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais, julgada improcedente (fls. 134/138).

Inconformada, a autora interpõe recurso de apelação. Sustenta que foi induzida a erro pelo banco apelado, pois jamais teve a intenção de contratar empréstimo por meio de adesão a contrato de cartão de crédito consignado, tratando-se de evidente caso de venda casada, razão pela qual defende como ilegal os descontos realizados



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

em seu benefício previdenciário na modalidade de reserva de margem consignável (RMC). Afirma que referida forma de empréstimo é abusiva, pois o desconto mínimo que é realizado em folha de pagamento não abate o valor da dívida, mas tão somente os encargos do cartão. Persegue, nesses termos, a declaração de nulidade do contrato questionado nos autos (RMC), com a devolução em dobro dos valores descontados a esse título, bem como requer seja condenado o banco réu ao pagamento de indenização por danos morais (fls. 150/171).

Tempestivo, desprovido de preparo ante a gratuidade concedida e respondido, o recurso está pronto para julgamento.

É o relatório.

O recurso é desprovido.

A autora alega em sua petição inicial não ter autorizado a contratação de empréstimo na modalidade de reserva de margem consignada (RMC), bem como afirma jamais ter solicitado junto ao banco apelado a aquisição de cartão de crédito, razão pela qual pugna pela declaração de inexistência do débito vinculado ao referido empréstimo impugnado, com a condenação da instituição financeira ré à repetição do indébito dos respectivos descontos efetuados e ao pagamento de indenização por danos morais.

Todavia, foi acostado com a contestação contrato de adesão a cartão de crédito consignado e autorização de descontos em folha de pagamento, contendo a assinatura da autora apelante (fls. 91), cuja autenticidade da firma não foi impugnada pela referida parte.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

Ademais, os termos claros do contrato juntado pelo banco apelado aos autos, repita-se, devidamente assinado pela parte autora, não colocam em dúvida a adesão do apelante a cartão de crédito, com a autorização de descontos em folha de pagamento.

Dessa forma, demonstrada a contratação de cartão de crédito pela autora para viabilizar a concessão em seu favor de empréstimo na modalidade de "reserva de margem consignável", não se sustentam as pretensões do apelante no feito, no sentido de ser declarada a nulidade do referido negócio, sendo de rigor a manutenção dos respectivos termos do contrato de empréstimo entabulado, o que afasta, por via de consequência, os demais pleitos do autor nos autos, concernentes à condenação do banco apelado à repetição de indébito em dobro e à indenização por danos morais.

Nesse sentido é o entendimento desta C. 11ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça, em caso análogo ao presente,:

*CONTRATO BANCÁRIO. Empréstimos. Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedidos de repetição de indébito e de indenização por danos morais. Descontos em benefícios previdenciários sob a rubrica "reserva de margem consignável". Alegação de não contratação/autorização, desmerecida com a juntada pelo réu dos contratos de adesão à utilização de cartão de crédito, pedido de saque com desconto nas faturas e com valor*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*consignado na folha de pagamento. Ação improcedente. Recurso não provido, com majoração de honorários. (Apelação nº 1008247-46.2017.8.26.0037, Araraquara – Relator: Gilberto dos Santos, j. em 16.11.2017).*

Logo, remanesce intangível a sentença proferida.

Por fim, necessário atentar para a necessidade de majoração da verba honorária destinada ao patrono da parte vencedora.

Na esteira do § 11, do artigo 85, do Código de Processo Civil em vigor: "*O tribunal, ao julgar o recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação dos honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§2º e 3º para a fase de conhecimento*".

Sendo assim, fixados em primeira instância em 10% do valor da causa (fls. 138), de rigor a majoração da verba de sucumbência para 15% sobre a mesma base, nos termos da legislação processual vigente, considerando maior tempo e trabalho gastos para a solução da demanda, ressalvado, contudo, ser o apelante beneficiário da gratuidade processual.

Pelo exposto, **nega-se provimento ao recurso, com a majoração da verba honorária, nos termos do art. 85, §11, do**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Código de Processo Civil em vigor, observado, contudo, o disposto no artigo 98, §3º, do mesmo Codex.**

**WALTER FONSECA**

**Relator**